XII Congresso Brasileiro de História Econômica
&
13ª Conferência Internacional de História de Empresas

Niterói,
28, 29 e 30 de agosto
de 2017

Sobre a configuração territorial da província do Rio de Janeiro: cidade e região como método de análise

Valter Luiz de Macedo

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PESQUISADORES EM HISTÓRIA ECONÔMICA

Sobre a configuração territorial da província do Rio de Janeiro: cidade e região como método de análise

Valter Luiz de Macedo[1]

Resumo
O texto discute a relação entre cidade e região no processo de controle político-administrativo do território fluminense quando do seu estatuto de província e do seu efetivo domínio por parte do poder central do Império, definindo inclusive os contornos que viriam a configurar o atual estado do Rio de Janeiro. Assim, trabalha com a ideia de que o projeto nacional pretendido para o Brasil independente pode ser visto como aquele que, na base territorial, toma o espaço citadino como mecanismo articulador de esferas regionais. Nesta linha de pesquisa, observa que, para além da economia de base agrícola, as alianças em torno do poder central usavam uma lógica de apropriação do território que tomava o fato urbano-regional como instrumento efetivo de controle.

Palavras-chave: Província do Rio de Janeiro, Brasil Imperial, Cidade, Região, Políticas Territoriais.

Abstract
The text discusses the relationship between city and region in the process of political-administrative control of the territory of Rio de Janeiro when it is a province and its effective control by the central power of the Empire, including defining the contours which would shape the current state of Rio de Janeiro. Thus, it works with the idea that the national project intended for independent Brazil can be seen as one that, on a territorial basis, takes the city space as an articulating mechanism of regional spheres. In this line of research, the text observes, that in addition to the agricultural base economy, the alliances around the power center used a logic of territorial appropriation that took the urban-regional fact as an effective instrument of control.

Keywords: Province of Rio de Janeiro, Imperial Brazil, City, Region, Territorial Policies.

[1] Professor Adjunto do Departamento de Geografia Humana do Instituto de Geografia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)

Primeiras considerações

Em primeiro lugar, entendemos que analisar o processo histórico de formação do território fluminense durante o período imperial, quando se institui no Brasil um projeto nacional, significa observar como determinadas frações desse "chão" passaram a configurar espaços diferenciados no contexto político, econômico e social da província. Ressalta-se, então, que a nação a ser construída pelas forças dominantes do Império brasileiro mantem características estruturais da colônia, notadamente a base agrícola assentada no latifúndio e na mão-de-obra escrava, mesmo se anunciando como "moderna" para requerer, sobretudo, a unidade territorial do país.

Lembremo-nos de antemão que tal unidade territorial servia ao projeto de nação desejado como retórica para a manutenção do controle do grande território brasileiro nas formas até então consagradas e caracterizava uma ordem imperial marcada por um Estado fortemente conservador.

Um viés analítico possível percebe esta unidade territorial alcançada apenas a partir da constituição de um conjunto interligado (na medida do possível das técnicas disponíveis naquele momento) de vilas e cidades que efetivariam a produção agrícola, base da economia brasileira, sua circulação, tributação, consumo e dominação.

Nossa pesquisa evidencia que tal processo se verificou no entorno imediato da capital imperial, uma vez que mais que triplicou o número de núcleos urbanos na área do atual Estado do Rio de Janeiro durante o período imperial brasileiro. Assim, somos da ideia de que o território fluminense e sua sociedade nobiliárquica e estratificada configuram um laboratório para estudos sobre a temática indicada.

Neste texto, nos interessa a compreensão dos discursos do período e a análise sobre a estruturação do território no que se refere às relações estabelecidas entre os "fixos" instaurados na província, seus sistemas de transportes implantados e a natureza dos núcleos urbanos que buscam articular o território e garantir seu controle através dos termos das municipalidades instauradas e emergentes. É reunindo tais elementos que o método de investigação aqui adotado possibilita compreender a ideia de construir a nação brasileira como um sinônimo, sobretudo, de ocupação do solo e ocupação pela elite imperial. Nesta percepção de nação tomada apenas como território, desconfiamos de uma aproximação efetiva entre as ideias de cidade e a de região na empreitada levada a cabo pelas políticas territoriais do Império brasileiro.

O processo de configuração territorial da província do Rio de Janeiro tal qual tomado no texto nos mostra tais intenções buscando identificar sobremaneira o que tornava, naquele tempo e de fato, um núcleo urbano importante em um dado recorte territorial. Aqui, os estudos sobre o espaço no tempo são tomados como potencialidades explicativas de dinâmicas que, em boa medida, estão na gênese da configuração do atual território fluminense e, em última análise, da própria sociedade brasileira tal qual somos até os dias atuais.

Centralização do poder e unidade territorial: pressupostos para o urbano

A centralização do poder foi uma das mais marcantes facetas do período imperial no Brasil. A Carta Constitucional de 1824 determinou, além dos poderes tradicionais (Executivo, Legislativo e Judiciário) a implantação de um poder Moderador que reafirmava uma sobreposição da autoridade do Imperador sobre os demais. A viabilidade do Estado naquele momento foi garantida pelo viés patrimonialista em que as fortunas privadas eram acumuladas via privilégios auferidos pela nobreza oficializada tanto por D. Pedro I quanto por D. Pedro II. Os homens do poder, os nobres da sociedade imperial, formavam no Brasil um modelo semelhante ao regime monárquico britânico baseado na convivência entre o imperador e o parlamento bipartidário que, no entanto, não representava ameaça ao poder central do soberano, ao poder do Rio de Janeiro sobre as demais províncias.

A seqüência de movimentos rebeldes nas primeiras décadas do Império acabou por aglutinar ainda mais as classes superiores do reino em torno do Imperador, oficializando uma centralização consentida do poder. Assim, o período imperial deve ser visto como um momento em que se forja uma unidade nacional pela formação de uma hierarquia brasileira de valores e pela nobilização dos senhores rurais agrupados em torno do Imperador. Este arranjo sociopolítico determinou uma ordem imperial marcada por um Estado-conservador e a questão do território e de sua unidade passava a ser considerada essencial, servindo o ideal de Nação como retórica para a manutenção do controle territorial nas formas até então consagradas.

A nação que surgia devia preocupar-se com questões como a conquista de fronteiras, a manutenção da ordem, a gerência do espaço interno e suas relações, a

arrecadação de impostos, a "civilização" dos seus membros (nos dizeres da elite da época), a imposição de um credo e a unificação da língua e tais objetivos extrapolam a ordem econômica assentada na produção agrícola. Neste contexto, uma questão relevante passou a ser a integração territorial e a configuração a ser adotada para o emergente espaço nacional e nossos estudos têm apontado uma política imperial voltada para o fortalecimento da unidade territorial através da instituição de vilas e cidades. A cidade passou então a ser pensada como centro do exercício de tais funções (no plano administrativo e de controle) e como nó na rede de comunicações e transportes que havia de ser montada. Falamos aqui de uma rede urbana de funções específicas como forma de regulação e controle sobre uma dada região e de um projeto nacional visto como urbano em essência. Não um urbano em si, mas articulado em um contexto regional e tomado como intenção de um projeto de controle territorial. E, neste contexto, é importante lembrarmos as políticas de Estado no período Imperial que visavam a instituição de núcleos coloniais, a elevação de vilas ao nível de cidade e a criação de novos assentamentos urbanos em pontos importantes do território, além das medidas voltadas especificamente para a abertura de novos caminhos de circulação entre as distintas regiões do território considerado.

Quanto à primeira, podemos dizer que a ocupação no Brasil do século XIX se deu em boa parte através de uma política de instituição de núcleos coloniais que objetivavam uma "colonização" baseada no elemento étnico europeu como garantidor da ocupação e do uso técnico do espaço, além de idealizar o branqueamento da população da Nação que surgia. Por lei, inclusive, todos os municípios do Império teriam a obrigação de instituir um núcleo colonial e, em cada um deles, uma vila. Muitos dos núcleos implantados no período, de funções econômicas e finalidades geopolíticas e civilizatórias bem definidas, tornaram-se cidades. Importante notar que tais cidades conformariam uma rede (incipiente, é bem verdade, mas redes integradoras uma vez que possibilitavam as comunicações pretendidas no momento).

Processos pretéritos de base urbana e seus termos conceituais: discussão necessária

Observar teoricamente a constituição das cidades brasileiras em momentos pretéritos, no que diz respeito às suas características e relações, é uma tarefa das mais

difíceis visto que o arcabouço conceitual sobre o tema e sobre a área do conhecimento humano em que ele está inserido apenas se institucionaliza a partir do final do século XIX. Lembremos, por exemplo, que na tradição geográfica, são numerosos os estudos sobre hierarquia e natureza das redes urbanas. No entanto, tais questionamentos apenas foram colocados a partir das primeiras décadas do século passado e têm na "Teoria dos Lugares Centrais", elaborada por Christaller por 1933, sua principal referência teórica. Assim, a despeito do fato de que muitos autores têm dado contribuições importantes para as discussões e de que não faltam textos clássicos sobre o assunto, a questão dos conceitos a serem considerados para a análise das formações urbanas do passado continua posta.

No contexto de uma ex-colônia que se torna Império quando o mundo, liderado por forças econômicas provenientes do continente europeu, caminha para a afirmação e expansão do capitalismo em sua fase industrial, tomamos a cidade como um ponto do espaço geográfico que, inicialmente vista como expressão de controle sobre um território conquistado e como símbolo de poder, avança na apropriação dos excedentes agrícolas, canalizando e controlando a produção rural rumo à sua exportação. Mais: se seguirmos Corrêa (2006) e utilizarmos o termo "rede urbana" como o conjunto de núcleos urbanos funcionalmente articulados entre si ou a um núcleo principal através de acessos materializados no território, poderemos falar em uma "divisão territorial do trabalho" que enfatiza o papel da rede urbana através das funções de suas cidades.

Na rede, cada cidade assume um papel específico, através de diferentes modos e intensidades, e a sua existência tornar-se-á inviabilizada quando este papel, por um motivo qualquer, não puder mais ser desempenhado ou deixar de ser necessário.

De uma forma geral, no Brasil, as cidades se configuravam de acordo com o modelo espacial mais simples de rede urbana (o dendrítico orientado pela rede fluvial existente) e caracterizava-se pela primazia de única cidade que, muitas vezes sendo a mais antiga, representava a porta de entrada e de saída de sua hinterlândia. Este modelo, herança do passado colonial, expressava o processo econômico de remessa direta dos produtos aos mercados externos à região explorada. Há de se constatar, neste caso, que: 1) as mediações e fluxos pouco complexos neste modelo de rede determinam o beneficiamento da cidade principal em detrimento das demais e 2) o processo evolutivo da organização espacial tornou a rede urbana mais complexa, mas não eliminou, de um todo, a herança deixada pela forma dendrítica original da rede considerada.

Em nosso olhar sobre o Brasil do passado, uma direção que nos parece oportuna é a que relaciona cidade e região, através dos circuitos ou redes criadas entre os núcleos que emergiam no território, mostrando como determinada cidade espelhou a região em que estava inserida e, por outro lado, como determinadas regiões refletiram a ação dos atores hegemônicos urbanos a elas associados.

Quando se pensou em um projeto nacional para o Brasil, as redes pensadas e/ou criadas desempenhariam papel primordial na unidade territorial e na articulação do Império ao circuito econômico que se mundializava. Através de sua função de intermediação, podemos olhar as redes urbanas regionais como parte da divisão internacional do trabalho. No contexto das sociedades modernas, Corrêa (2006) nos fala que a rede urbana foi a forma espacial adotada para a criação, apropriação e circulação do excedente ou, em outras palavras, para a viabilização dos ciclos de exploração da economia capitalista.

Na escala regional, há de se observar que muitas cidades não tardaram em funcionar como local de consumo da renda fundiária, uma vez que pelo fato dos proprietários rurais nela residirem, parcela importante do valor excedente produzido no campo é transferida para o ambiente urbano.

Ao analisar a questão da drenagem da renda fundiária no Brasil, o respeitado geógrafo Lobato Corrêa apontou a lacuna existente nos estudos sobre a estruturação do território brasileiro no que se refere à questão das redes estabelecidas nos sucessivos momentos históricos. O autor foi adiante ao afirmar que "o tema rede urbana e oligarquias rurais parece ser de extrema relevância para se compreender a organização sócio-espacial brasileira" (Corrêa, 2006, p. 33).

Sabemos que a constituição de uma rede urbana brasileira ocorreu de forma muito lenta nos quatro primeiros séculos, ao ritmo da exploração do vasto território e caracterizada por baixas densidades. Apenas no XIX, esta dinâmica vem sofrer alterações significativas. Assim, tomamos o território fluminense e sua sociedade nobiliárquica e estratificada como realidade para nossos estudos sobre a estruturação de um território no que se refere às relações estabelecidas através dos sistemas de transportes implantados e da natureza dos núcleos urbanos pensada no contexto da política territorial do Império brasileiro e do seu projeto de Nação.

Antes, porém, vamos investigar sumariamente a ideia de nação e a apropriação pelas elites políticas e econômicas brasileiras da ideia de nação, contextualizando suas práticas de base territorial no caso da província fluminense.

Sobre nação e sobre o projeto nacional brasileiro do Império

Não há uma definição universalmente aceita para o termo "nação" devido à complexa natureza dos elementos aos quais ele se refere. A acepção atual do termo surgiu no discurso político europeu com o advento da Revolução Francesa. Se na literatura, o termo aparece com o romantismo alemão, sua teorização consciente tomada como fundamento natural do poder político ou fusão entre "nação" e "Estado" apenas se estabelece em meados do século XIX, quando se torna constante o questionamento sobre que agrupamentos políticos e culturais poderiam realmente ser chamados de "nação".

Segundo Gellner (1996, p. 507), em tempos pré-modernos esta questão era desprovida de uma resposta geral e, mais significativo ainda, não era efetivamente colocada. A pergunta sobre "a" nação raramente era feita e só se torna difundida e insistente no contexto de um tipo especial de organização sociopolítica que, por sua vez, se tornou difundido a partir da virada do século XVIII para o XIX a partir dos processos de industrialização e expansão do modo econômico capitalista de organização das sociedades.

Discorrendo sobre os diferentes sentidos de "nação", mas sobretudo nos períodos anteriores à Revolução Francesa, Guerra (2003) nos lembra que o termo era associado a uma identidade étnica ou territorial. Sobre o primeiro sentido, ele fala que desde a Idade Média o termo se aplica a grupos corporativos fundados sobre uma origem comum, geográfica ou política, real ou suposta, servindo, no geral, para designar qualquer grupo com características semelhantes de acordo com dicionários franceses e espanhóis da época. A respeito do segundo sentido, informa que desde muito tempo o termo já estava associado à idéia de "pátria", considerada como aquele território no qual se assenta um dado agrupamento humano com características de nação. Desta associação, inclusive, o autor revela um terceiro sentido para o termo "nação", o político, que predominara por todo século XVIII, mas que já fora dado anteriormente.

Guerra ressalta que os antigos dicionários associavam a idéia de "nação" aos termos "reino", "província" e "dominação", revelando seu forte caráter político.

Em nosso trabalho, interessa em particular a análise que o autor faz quando observa a definição do termo em estudo por sua extensão geográfica. É quando constata a importância conferida às cidades como unidades políticas completas em um dado território e elemento de base para a estrutura fundamental para a unidade pretendida das nações.

Ao tomar o exemplo da monarquia espanhola à época dos Habsburgos, ele a identifica "como um agregado de unidades políticas (européias e americanas) com uma seqüência de seus elementos constitutivos que merece análise complementar." Para ele, "sua estrutura é claramente piramidal, com uma sobreposição de comunidades políticas tendencialmente completa: cidades, províncias e reinos", na qual "o elemento de base, os fundamentos de toda a construção política são as cidades" (Guerra, 2003, p. 39), identificadas, inclusive, através de seus diferentes tipos: "cabeças de Reino", "as que têm voto em Cortes", além das demais cidades, vilas e lugares sem representação específica. Sobre esta questão, voltaremos a falar adiante quando tratarmos especificamente do nosso objeto de estudo.

Botelho (1988), por sua vez, observa o termo "nação" a partir dos principais dicionários da língua portuguesa desde o século XVIII e diz que ele sofre transformações profundas. Uma incursão por três dos mais importantes dicionários que surgiram ao longo dos séculos XVIII e XIX deixa a questão evidente para o autor. De um significado mais próximo à definição de reino e senhorio, presente em uns, ele passa para considerações sobre cultura e governo comuns, em outros. Entretanto, na oitava edição do dicionário Moraes Silva, em fins do século XIX, o conceito tornara-se articulado ao de Estado e próximo ao de cidadania. Também é deste período em que outros dicionários, segundo o autor, já percebem com maior clareza a sua articulação entre Estado e cidadania, mas já prevendo os inúmeros caminhos que a nação poderia percorrer nas suas relações ambíguas com os Estados e com a cultura. Por tais questões, Botelho diz que é correto afirmar que os dicionários portugueses expressam os contornos que a questão nacional assumira na segunda metade do século XIX e que transparece na bibliografia corrente sobre o tema.

Se até aqui, tentamos mapear os significados da palavra "nação" em tempos pretéritos, indiquemos também a sua construção teórica pelas ciências sociais, notadamente a partir de pensadores como Anderson, Hobsbawm, Tilly e Bendix.

Na bastante referenciada formulação de Benedict Anderson (Anderson, 1989, p. 14), segundo a qual a nação pode ser vista como "uma comunidade política imaginada, e imaginada como implicitamente limitada e soberana", associa-se o surgimento das comunidades imaginadas das nações ao declínio de outras comunidades, como as religiosas ou dinásticas. Observamos aqui que, neste sentido, as antigas colônias européias das Américas apareceram como áreas de desenvolvimento precoce desse novo tipo de solidariedade, antecipando até mesmo sua disseminação na Europa como um todo.

A partir de Hobsbawm (1990), vemos que, nos marcos da Revolução Francesa, formulou-se a equação "nação = Estado = povo" na qual este último surgia de maneira especial como "povo soberano" (p.32). Entretanto, segundo o autor, com o avançar do século XIX, observaram-se modificações, pelos ideólogos liberais burgueses, nas concepções acerca de Estado-nação, assumindo importância fundamental temas como etnicidade, língua comum, religião, território e lembranças históricas comuns (p.33).

Por sua vez, para Tilly (1996), os Estados nacionais caracterizar-se-iam pela união, numa estrutura central relativamente coordenada, de importantes organizações militares, extrativas, administrativas e às vezes até distributivas e produtivas. É de especial relevância o reconhecimento de que o Estado nacional não se originou de um modelo preconcebido, mas foi "o resultado das necessidades, dos embates com outros Estados e das lutas e negociações com classes diferentes da população" (Tilly, 1996, p. 75-76).

O estreito relacionamento que se desenvolve entre os processos de construção do Estado e de construção da nação é também explicitado por Bendix (1996), embora em direção um pouco diversa das observadas até aqui. Esse autor analisa o processo de legitimação da autoridade pública por meio da burocratização que caracteriza o que ele chama de "Estado-nação ocidental". Para nós, interessa a consideração de que, o processo de construção desse tipo de comunidade política passa necessariamente pela possibilidade de afirmação de uma autoridade pública legítima, baseada na burocracia, abrangendo o reconhecimento de direitos básicos para os membros dessa comunidade política e o domínio de todo o território a ela subordinado.

De todas estas considerações, observamos que "é muito recente a invenção da nação, entendida como Estado-nação, definida pela independência ou soberania política e pela unidade territorial e legal" (Chauí, 2000, p. 14). Ao seguir os estudos de Hobsbawm (1990), a autora nos informa que o termo "nação" tal como colocado é fato nascido por volta de 1830 na Europa e que antes os termos políticos mais empregados eram os de "povo" e "pátria".

Quando cita Hobsbawm, Chauí se refere especificamente a periodização por ele proposta a respeito da invenção histórica do Estado-nação, do aparecimento da "nação" no vocabulário político europeu e de suas mudanças nos momentos seguintes a partir de três etapas. Segundo o autor, de 1830 a 1880, fala-se em "princípio da nacionalidade" (princípio que definia quando poderia ou não haver uma nação ou um Estado-nação); de 1880 a 1918, fala-se em "idéia nacional" (quando o Estado, precisando mobilizar a população a seu favor, lança mão de uma espécie de religião cívica: o patriotismo); e de 1918 aos anos 1950-60, fala-se da "questão nacional" (quando observa-se a consolidação de formas até extremadas de nacionalismos que, através das comunicações de massa, transformava símbolos nacionais em parte da vida cotidiana dos diversos indivíduos).

Aqui, é importante observar que:

> Nesta periodização, a primeira etapa vincula nação e território, a segunda a articula à língua, à religião e à raça, e a terceira enfatiza a consciência nacional, definida por um conjunto de lealdades políticas. Na primeira etapa, o discurso da nacionalidade provém da economia política liberal; na segunda, dos intelectuais pequeno-burgueses, particularmente alemães e italianos; e, na terceira, emana principalmente dos partidos políticos e do Estado. (Chauí, 2000, p. 16)

Ainda, segundo a autora, o ponto de partida dessas elaborações foi o surgimento do Estado moderno da "era das revoluções" (apud Hobsbawm), definido por um território contínuo preferencialmente, com limites e fronteiras estabelecidas e que agia política e administrativamente sem sistemas intermediários de dominação, precisando ainda do consentimento prático de seus "cidadãos válidos" para as políticas fiscais e ações militares.

Neste intuito, este Estado precisava enfrentar dois problemas principais: de um lado, incluir todos os habitantes do território na esfera da administração estatal; de outro, obter a lealdade dos habitantes ao sistema dirigente, uma vez que a luta de classes, a luta no interior de cada classe social, as tendências políticas antagônicas e as

crenças religiosas disputavam essa lealdade. Assim, Chauí (2000) enfatiza que para dar à essa divisão econômica, social e política uma forma de unidade indivisa é que surge a idéia de nação como solução.

Consideremos, a partir de agora, mais especificamente o rebatimento destas questões no Brasil do século XIX e, em especial, as suas relações com a questão do território. Assim, em uma primeira aproximação, observamos que, no caso brasileiro, a idéia de "imaginação" é central como ferramenta explicativa da construção ideológica e material da nação no que diz respeito, sobretudo, às concepções de patriotismo e ao estabelecimento das fronteiras do Império. Parece-nos que tal idéia tem o mesmo significado que "invenção" para Hobsbawm e Ranger (1984) e confirma a expressão "comunidade imaginada" de Anderson (1989).

Em seus escritos, Magnoli (1997) não contrapõe "ideologia" à "imaginação", mencionando uma "ideologia nacionalista" para denominar a invenção de tradições nacionais para ancorar a legitimidade da nação no imaginário de um passado a ser superado (p.17). Sobre esta representação, Magnoli comenta que o uso pela elite imperial da lenda geográfica da "Ilha Brasil" apoiou a construção de "um edifício ideológico verossímil" (p.25) que discursava em prol de um nacionalismo que operou como alicerce para a idéia de que as instituições do Império tinham uma "ideologia imanente" (p.90) ao contrário daquilo que o passado mostrava em variados aspectos. Por outro lado, afirma também que a força da idéia de fronteiras naturais emana não de considerações racionais, mas de "consensos imaginários" (p. 42) que influem sobre o real no que se relaciona com a questão das políticas de cunho territorial, tratadas como assunto de soberania.

Com estas referências, o autor dá especial atenção ao estudo da formação das fronteiras e seu componente ideológico: um patriotismo que, no Império, teria a função de garantir a unidade da nação recém instituída e criar uma identidade nacional em sintonia com as iniciativas geopolíticas e diplomáticas. É neste sentido que, revogando os mitos mencionados, uma das principais idéias postas à disposição do poder imperial era a da nação brasileira preexistente, mas oculta sob o manto português, que se apresentava à História a partir da Independência. No que nos interessa em particular, observemos que esta imagem tinha a missão de subordinar e submeter os processos revolucionários separatistas e republicanos (ou monarquistas em alguns casos como, por exemplo, a guerra pela Independência na Bahia) que se tornaram constantes, sobretudo

no período 1831/1848. Estes movimentos eram considerados pelos poderes imperiais como ameaças ao rumo glorioso da nação tal qual seu discurso pregava.

No que concerne então à fundação imaginária e simbólica da nacionalidade brasileira lembremos de Marilena Chauí quando nos fala da nação como semióforo e do caráter nacional do patrimônio histórico-geográfico e artístico:

> Para realizar tal tarefa, o poder político precisa construir um semióforo fundamental, aquele que será o lugar e o guardião dos semióforos públicos. Esse semióforo-matriz á a nação. Por meio da intelligentsia (ou de seus intelectuais orgânicos), da escola, da biblioteca, do museu, do arquivo de documentos raros, do patrimônio histórico e geográfico e dos monumentos celebratórios, o poder político faz da nação o sujeito produtor dos semióforos nacionais e, ao mesmo tempo, o objeto do culto integrador da sociedade uma e indivisa. (Chauí, 2000, p. 14).

Antes de qualquer coisa, semióforo é imagem e representação e, como fica evidente nas palavras da autora, o poder político aparece como agente principal na sua produção e reprodução. Se voltarmos à questão dos mitos tal qual Magnoli nos apresentou, vale transcrever um trecho onde ele diz que:

> A crítica da narrativa mitológica só pode ter sucesso se, antes de tudo, for capaz de definir adequadamente o seu objeto, que é um relato historiográfico. É esse relato, e não uma suposta verdade empírica escondida, que deve ser iluminado e desvendado. Ele tem de ser encarado como um fenômeno histórico, cujas raízes encontram-se nas formas específicas de constituição do Estado brasileiro. Para isso, é preciso levá-lo a sério, tratando-o como é: um mito de fundação. (...) o alvo da crítica não é o de contar uma outra história - uma história verdadeira - da nacionalidade, mas o de contar a história da narrativa. (Magnoli, 1997, p. 290-1)

Destas considerações, constatamos o papel central do Estado na construção da narrativa da nação brasileira e, assim, confirmamos a assertiva de Hobsbwm (1990) na qual "as nações não fazem Estados e nacionalismo, mas o contrário". Apenas a título de exemplo, Graham (1997), ao observar em parte de seu livro a questão dos Estados-nacionais no contexto da América Latina, cita o historiador chileno Mario Góngora ao afirmar que naquele país também "a nação não teria existido sem o Estado, que o moldou através dos séculos XIX e XX" e cita ainda William Taylor e Brian Hamnett para dizer que o mesmo ocorreu no subcontinente como um todo.

Sobre a centralização no Brasil promovida pelo Estado, Barman (1988) declara que a unidade nacional foi, em grande parte, criada por um governo central e Sérgio Buarque de Holanda concorda com ele quando destaca que "a unidade nacional (...)

estará ao ponto de esfacelar-se nos dias que imediatamente antecedem e sucedem à proclamação da Independência. Daí por diante irá fazer-se passo lento de sorte que só em meados do século pode dizer-se consumado" (Holanda, 1962, p. 16).

A despeito dos movimentos separatistas e revolucionários no Império, foi notória a união dos interesses dos senhores de terras e da economia ao poder central e talvez o argumento mais criterioso e provocativo sobre as origens desta coesão do período pós-independência esteja em Mattos (1994). O autor se concentra no período de meados da década de 1830 até o início da década de 1860 e postula um bloco de fazendeiros de café recentemente enriquecidos, da região do Rio de Janeiro, liderados por um pequeno grupo de políticos/estadistas ativos, ou saídos daquele bloco ou ligados a ele por laços de casamento, esforçando-se com sucesso para absorver líderes de outras regiões, formando uma classe única. Esta classe se definia por sua oposição a outras classes, especialmente aos escravos, mas também à plebe urbana rude e inquieta. Para ele, essa classe senhorial abraçou uma ideologia da ordem desenvolvida e defendida por advogados, juízes, jornalistas, professores, médicos, empresários, políticos e burocratas, isto é, os "intelectuais orgânicos" (conceito trazido por Gramsci). Através do próprio processo de formação de uma classe poderosa que dominava todo o Brasil, prossegue o autor, emergiu um forte Estado centralizado. Mattos entende esse Estado não como um simples aparato coercitivo, mas como um instrumento de orientação intelectual e moral. Por meio dele, a classe senhorial construiu sua própria unidade e expandiu seu poder, tanto horizontalmente, por todo o território brasileiro, quanto verticalmente sobre maiores segmentos da população livre, não impondo a submissão, mas incorporando esses grupos à "civilização". Assim, através da aceitação de um Estado centralizado foi a premissa para a formação de uma nação. Interesses materiais e econômicos forjaram um Estado centralizado e a unidade nacional pretendida no discurso imperial.

Seguindo Moraes (2002), lembremos que, nos países de formação colonial, a dimensão espacial adquire considerável importância na explicação de suas dinâmicas históricas, pois a colonização é um processo em si que relaciona sociedade e espaço. A partir desta lembrança e das mudanças anunciadas e discutidas até aqui, destacamos que a questão da unidade territorial, necessidade da nação como "semióforo", sugere que argumentos de índole geográfica possibilitam discursos legitimadores do Brasil como espaço a ser conquistado. E esta necessidade perseguida coloca em evidência uma outra face do processo: a que nos mostra que o padrão discursivo básico do século XIX

estruturou-se em torno do conceito de "civilização" e da empreitada monárquica que se imbuiu de uma missão civilizadora. E, nesta nova frente, o papel dos núcleos urbanos é mais uma vez tomado como essencial. Eles passariam a ser tomados como espaço dos semióforos desejados mais do que simples pontos de conexão de uma rede para articulação regional e do Império como um todo.

Martins (2005) revela como um outro viés importante, o jurídico-institucional, nos ajuda a entender a monarquia constitucional brasileira a partir de um longo processo de organização de uma autoridade central no qual a instituição do Conselho de Estado desempenhou papel fundamental. Este Conselho, estudado pela autora, foi responsável pela montagem da estrutura jurídico-administrativa que fortaleceu as bases do Estado Imperial, constituindo-se em espaço de negociações, acomodação dos conflitos e conciliação de interesses das elites. Para ela, a compreensão das ações e do comportamento das elites imperiais brasileiras (que não representavam um todo uno nem um grupo isolado) pode ser alcançada através da análise da dinâmica desta instituição e da identificação de suas redes de sociabilidade e parentesco que eram estruturalmente confirmadas a cada momento. Em última análise, os membros do Conselho de Estado integravam diferentes grupos de relacionamentos que se perpetuavam e se constituíam desde o século anterior baseados em grupos familiares tradicionais e suas alianças clientelistas (poderes regionais submetidos ao poder central). Gravitando, assim, em torno dos cargos mais importantes, a elite brasileira em suas diferentes representações acabava por sustentar o equipamento do Estado, tornando-o a sua própria razão de ser.

Se a Coroa contribuiu fortemente para a construção de um sentimento de nacionalidade entre os líderes provinciais, devemos perceber que ela era, antes de tudo, um símbolo e que a essência da coesão teria, nestes moldes, que residir em uma rede nacional de clientelismo e patrocínio baseada nos princípios gerais da hierarquia, lealdade e obrigações pessoais. Nestes termos, o ideário da nação foi prontamente disseminado e demonstrado nas localidades quando dos variados rituais de patriotismo que passaram a ser realizados nos mais diversos lugares (arraias, vilarejos, cidades, fazendas) sob a promoção das elites locais que, assim, reforçavam o projeto moderador de constituição da nação sob sua ordenação e seus valores políticos, econômicos, sociais, culturais.

Nesta fórmula em que a população, de uma forma geral, foi pensada apenas como instrumento do processo, as "ideologias geográficas" subjacentes a esse rol de interesse nos leva a questão que se refere à cidade e à região.

Resta-nos afirmar o papel representado pelos núcleos urbanos com espaço preferencial para a manifestação e reprodução dos semióforos nacionais ante ao projeto proferido como uma de suas funções mais importantes a ser compreendida. O outro papel a ser considerado aqui faz referência à observação clássica da cidade como nó articulador de uma rede regional e/ou nacional. E, neste sentido, destacamos o seu caráter regional como profícuo caminho para a compreensão das determinações históricas analisadas até aqui em seu rebatimento no território fluminense.

Afirmamos que a unidade de controle territorial alvejada pelo poder central era, em essência, a região. E esta era atingida, na prática, através das cidades e redes para que, subjugadas, estas porções maiores do espaço brasileiro viessem a se tornar realmente território imperial. Afinal,

> O programa da unidade implicava a subordinação das oligarquias ao centro político. O centralismo político e administrativo do Império brasileiro, que consagrou o poder do Executivo sobre as esferas regionais e locais, evidenciava a distinção entre o Estado e as oligarquias. O traço centralista aparece na Constituição de 1824 em todos os lugares, mais caracteristicamente na abordagem da divisão espacial do território. As províncias funcionavam unicamente como circunscrições territoriais da unidade geral. A divisão do território circunscrevia-se apenas à dimensão administrativa, não possuindo nenhuma substância política. Ou dito de outro modo, a atividade política tinha por condição a lealdade à integridade territorial do Estado e implicava a renúncia à própria representação de espaços políticos regionais. (Magnoli, 2003, p. 295)

Dito isto até aqui, passemos para o nosso recorte espacial neste trabalho.

Práticas de base territorial no caso da província fluminense

Desde a posse do Brasil por Portugal e até as primeiras décadas do século XIX, o mecanismo jurídico-administrativo de administração territorial ocorreu sob a forma de doações feitas em Cartas de Sesmarias que, destacadas do domínio público, viriam a constituir-se em terras de domínio privado. Vigorando sob diversas formas neste

período, esse sistema de capitanias hereditárias perdeu seu caráter de hereditariedade por força de lei do Marquês de Pombal em 1759.

A partir de 1821, com o fim deste regime de sesmarias e a transformação de boa parte das capitanias em províncias, abre-se um hiato na atividade legislativa sobre as terras no Brasil que se prolonga até a Lei de Terras de 1850. Neste intervalo, observou-se uma progressiva ocupação do solo sem qualquer título e mediante a simples tomada da posse, por vezes através da força e refletindo a forte presença dos senhores na sociedade da época.

A este momento, uma das grandes discussões entre as altas rodas imperiais era a escolha dos critérios que definiriam a repartição dos territórios de maneira a contemplar os poderes do Estado, da Igreja e das elites, salvaguardando o discurso dos interesses nacionais. Em termos administrativos, o grande território foi dividido, como dissemos, em províncias e seus presidentes. Mas também foi legitimada a divisão dos territórios em freguesias, atendendo às estruturas eclesiásticas de poder que vinham do período colonial, em comarcas, unidades de controle jurídico, e em distritos, para fins eleitorais.

De tradição colonial no Brasil, as freguesias passaram a se configurar como uma unidade elementar da partilha e da administração pública, sendo dotada de autoridade militar e policial e de relativa autonomia jurídica. Cada uma delas, também denominada de paróquia, recebia o nome de um santo católico e seu poder se expressava pela influência ideológica da Igreja e, economicamente, pela produção agrícola, pastoril e de serviços, além do acúmulo de propriedades imobiliárias dos grandes senhores de terra localizados sob sua jurisdição. Se no início do século XIX, já se podia falar em pelo menos 46 freguesias instaladas na província do Rio de Janeiro, Chrysóstomo (2006) nos mostra que este total chegara a 81 no ano de 1849 e a 119 em 1870.

Tal expansão nos mostra a necessidade de especialização das medidas de administração territorial e, neste sentido, é importante tecermos algumas considerações sobre a Lei de Terras de 1850. Através dela, legitimava-se a aquisição pela posse no Brasil, mas esta apenas teria validade, isolando-se do domínio público, se levada ao Registro do Vigário, livro de notas da paróquia ou freguesia em que a terra estava localizada. Entre outros tantos aspectos importantes, cabia, portanto, ao pároco das freguesias do Império a indicação das terras que passariam a ser consideradas privadas e aquelas chamadas de devolutas ou do patrimônio das províncias, vindo daí o caráter obrigatório do registro e a importância administrativa das freguesias.

Quanto às comarcas, é sabido que foram instituídas pelo Código de Processo Criminal de 16 de dezembro de 1832, que extinguiu os Juízes Ordinários e estabeleceu a seguinte estrutura para cada uma delas: um Juiz Municipal, um Promotor Público, um Conselho de Jurados, um Escrivão das Execuções e demais oficiais. Como expressão de força das elites ao redor do Imperador, é importante observarmos que, para o caso do Ministério Público, uma lista tríplice deveria ser apresentada pelas Câmaras Municipais para que os promotores fossem nomeados por um período de três anos pelo governo na Corte e pelos presidentes de província.

Tal decisão passou a ser ainda mais centralizada através da reforma do Código de Processo Criminal de 03 de dezembro de 1841, quando os promotores não seriam mais indicados por lista elaborada pelas Câmaras Municipais, mas seriam diretamente nomeados pelo Imperador ou pelos presidentes de província para cargos agora com tempo indeterminado. Além do mais, cada comarca contaria agora com apenas um promotor e não mais quantos fossem os seus termos. Apenas nos casos das comarcas mais importantes, poderia haver a nomeação de mais de um promotor. Seguindo a mesma lógica da divisão territorial em freguesias, o número de comarcas na província fluminense se expandiu durante o Império, passando de 6 para 12 como diz Fridman (2005).

Segundo o CIDE (1988), se ainda no início de século XIX existiam apenas as comarcas de Rio de Janeiro, Ilha Grande, Paraíba Nova, Cantagalo, Cabo Frio e Campos dos Goytacases, em um total de 6, este número passou para 9 em 1835 (com o novo arranjo territorial, surgem novas denominações como Resende, Vassouras, Angra dos Reis, Município Neutro, Niterói e Itaboraí) e para 13 em 1866 (a nova configuração faz surgir comarcas como a de São João Príncipe, Magé e Estrela), denotando subdivisões sucessivas do território que, pelo crescimento em importância, deveria ser administrado de forma mais próxima.

Para Fridman (2005), "esse aumento do número de comarcas pode ser interpretado como uma preocupação por parte do Governo Provincial com a gestão política, judiciária, fiscal e militar do território fluminense, isto é, com uma divisão regional atrelada ao surto urbano."

Neste contexto, eram os municípios mais importantes que funcionariam como "cabeça de comarca" e teriam sua influência mais uma vez confirmada sobre determinadas regiões da província. E o processo de criação de novas comarcas e

elevação do status de determinados núcleos urbanos seguia a ponto de Chrysóstomo (2006) indicar que, em 1885, já eram 25 as comarcas instaladas na província. Delas, além da Corte, destacavam-se, sem dúvida alguma, a de Campos dos Goytacazes e a de Vassouras.

A título de ilustração, lembremos que eram 24 os municípios do Rio de Janeiro no ano de 1840 para que possamos pensar a sobreposição entre as realidades administrativas no período considerado. Muitos destes municípios congregavam em seu território algumas das vilas e arraiais que viram também a ganhar autonomia, garantindo o status de cidade.

Tecidas estas considerações até aqui, é importante observarmos que municípios realmente se destacavam neste território em expansão (visto que assumiriam funções de primazia na rede urbana que se estruturava, refletindo, segundo nossa análise, a forma através da qual o Império organizava administrativamente a Nação). Também se faz necessária a análise do processo de ocupação das terras do interior fluminense desde o seu início, durante o século XVIII, quando da atividade mineradora no interior da Colônia.

Reis (1966), atendo-se ao caso do Vale do rio Paraíba do Sul, defende que a ocupação da área se deu pela "empresa povoadora" controlada direta ou indiretamente pelo Estado que visava a conquista do solo para satisfação do mercado interno e estrangeiro. Com objetivos similares, e partindo da cidade do Rio de Janeiro ou chegando até ela, importantes caminhos desenhavam o mapa das comunicações estabelecidas até então entre a Capital e sua hinterlândia, seja em traçado "direto" rumo às minas (através de localidades como Petrópolis e Três Rios, por exemplo) ou mais "circulares" como os que atingiam São Paulo ou os que exploravam o baixo curso do rio Paraíba do Sul, na atual região norte do Estado.

Fridman (1999) indica a importância de tais caminhos no estabelecimento de comunicações e fluxos de mercadorias entre diversas localidades, enfatizando que eles foram abertos por particulares por cláusula nas cartas de sesmarias e, em muitos casos, aproveitavam o traçado derivado de antigas vias de circulação indígena. Ressaltou também que, por estes caminhos, surgiram aglomerados, pontos de feiras periódicas, vilas, cidades, sítios, fazendas, além de outras estradas tributárias, e que a prática de abertura de novas vias de circulação se intensificou com a atividade cafeeira.

Observamos que um comércio de gêneros alimentícios e de animais que, originário das Minas Gerais se articulava com o Rio de Janeiro, possibilitou um setor de subsistência mercantil também responsável pela ocupação do interior fluminense. Os recursos e os caminhos das tropas tiveram destaque na expansão da economia cafeeira e de seus valores sociais. Por estas vias de penetração, fornecia-se à capital considerável parte dos gêneros agrícolas que consumia, circulavam informações e estabeleciam-se engenhos produtores de açúcar e as primeiras fazendas de café. A articulação entre produção e comércio, viabilizada pelo crescente número de caminhos propiciou inclusive a formação de núcleos de povoamento, como já dito.

Desta forma, podemos entender que, desde os primórdios da ocupação e exploração do território fluminense, as atividades realizadas encontravam como eixo principal as estradas coloniais, tendência que persistiu durante o século XIX quando as grandes fazendas cafeicultoras (no Vale do Paraíba), o dinamismo açucareiro (na "região" de Campos dos Goytacazes) passaram a desempenhar papel de referência no "mapa das interações possíveis", ostentando a riqueza que sustentou o Império. Na contrapartida, áreas da província como o litoral sul (Angra dos Reis e Parati) viveu momento de decadência e isolamento com a abertura das novas dinâmicas econômicas e seus correspondentes eixos espaciais. Como já havíamos apontado, ocorreu com esta porção sul da província o caso em que a importância de uma cidade em uma dada rede tornar-se inviabilizada quando seu papel, por um motivo qualquer, não pode mais ser desempenhado ou deixa de ser necessário.

Sobre estas questões, ressaltamos a articulação de um capital fundiário brasileiro e um capital produtivo internacional para a construção de ferrovias que viriam agilizar a produção e consolidar uma infraestrutura de transportes. O ponto a ser considerado é aquele que marca um processo de integração entre distintas regiões, entre produção e comércio, potencializado pelo advento das ferrovias, mas não iniciado através delas. As vias de circulação e de comunicação, mesmo que mais lentas, já estavam delineadas como testemunho da lógica social, política e econômica em vigor no território em tempos pretéritos. No entanto, e o caso fluminense nos mostra, a "rede" pensada e estabelecida não fugia de sua definição teórica e afirmava seu caráter seletivo do espaço tornado território.

É Fridman (2005) quem busca indicar a ocupação territorial de caráter planejado na região fluminense conhecida por "sertão d'oeste", que teve sua expansão no período

associada ao café e que compreendia as localidades de Resende, Paraíba do Sul, Piraí, Paty do Alferes, Sacra Família do Tinguá, Vassouras, Mendes e Miguel Pereira. Para ela, tal planejamento, consubstanciado em um projeto de colonização, está reportado também à fundação de comarcas que compuseram a hinterlândia da cidade do Rio de Janeiro. E, nestes termos, propõe uma volta ao tema urbanização articulado a projeto de colonização ao dizer que:

> Esta onda colonizadora na zona serrana do sertão do oeste foi levada à prática por cafeicultores, colonos e escravos que estabeleceram a chamada "civilização do café" relacionada a um plano regional de urbanização. Se na metade do século XVIII houve uma determinação pombalina do povoamento interiorizar-se que permitiu o surgimento de uma rede urbana, a partir da chegada de Dom João VI e durante o século XIX alterações territoriais ocorreram através da política oficial de povoamento vinculada a interesses particulares da exploração agrícola do café. (Fridman, 2005.)

E complementa:

> Cremos ser o Vale do Paraíba uma região representativa já que no seu processo de colonização assistimos a presença de nobres fazendeiros e seus foreiros, a expansão da fronteira agrícola através dos latifúndios, a violência dos brancos contra os escravos negros e os nativos, a fundação de colônias de parcerias e a criação de freguesias, vilas e comarcas como pólos de poder político. (Fridman, 2005.)

A autora ainda destaca que, no contexto da afirmação cafeeira, os eixos dinâmicos da economia do "ouro negro" partiam da cidade de Rio de Janeiro e se dirigiam para Resende (no sertão d'Oeste), para São Gonçalo (no sertão do leste) e para Cantagalo, nas serras do centro-norte do atual estado fluminense. Ao longo dos caminhos abertos, a expansão da fronteira agrícola dinamizava as economias regionais, fazendo, inclusive, expandir-se os contingentes urbanos e suas atividades. Sobre a questão específica do trato do território, a autora enfatiza que:

> Do ponto de vista do planejamento territorial surgiram novos atores - as companhias de colonização e os grandes proprietários fundiários - aliados a um aparato burocrático com suas normas jurídicas de caráter centralizador - que ocasionaram a perda da aparente espontaneidade na produção do lugar. Os centros administrativos foram, a partir de então, organizados pelos cafeicultores com apoio da Igreja e prestigiados pelo Estado. (Fridman, 2005.)

Este surto urbano no território fluminense trouxe mudanças significativas como a valorização do solo e a sua concentração, a expulsão dos posseiros das terras e a transformação de significativa parte deste contingente em agregados das grandes

fazendas de café e a criação de vilas ou elevação de pequenos núcleos urbanos a esta categoria. São exemplos ocorridos no período imperial: Valença (1823), Mangaratiba (1831), São Sebastião de Barra Mansa (1832), Vassouras (1833), Paraíba do Sul (1833) e Sant' Anna do Piraí (1837).

Todo este dinamismo também se refletia no aumento da população urbana na região e o exemplo de Vassouras é bastante ilustrativo: 20.589 habitantes em 1840 (sendo 14.333 escravos) e mais de 35.000 em 1850 (20.158 escravos). E o aumento populacional condicionava uma maior complexidade na vida econômica e social através, por exemplo, da vinda de diferentes artífices, portugueses, imigrantes e mascates para estes novos territórios. Além do mais, estes espaços, sobretudo os núcleos que assumiam papel de liderança nesta nova rede regional, passaram a receber os próprios senhores de terra que, ampliando suas atividades econômicas (eram, sobretudo financistas e banqueiros) e seus horizontes culturais com os modismos modernos e "civilizados" passaram a optar por estabelecerem residência em palacetes citadinos.

Outra dinâmica importante no período em tela e já mencionada faz referência à opulência do norte fluminense capitaneada pela cidade de Campos dos Goytacases, significativa área produtora de açúcar e gêneros diversos voltados para o abastecimento interno da Província. Em sua tese de doutoramento, Chrysóstomo (2006) discute a produção da rede urbana no na província no contexto de afirmação da política centralizadora do Império, identificando o papel assumido pela antiga cidade no comando político, econômico e social da região. A autora assume o pressuposto de que este núcleo constituiu-se em espaço privilegiado de legitimação do poder estatal e, nesse sentido, a política administrativa do Estado também pode ser entendida como uma política de ordenamento territorial nos espaços urbanos. Foi nesta linha de raciocínio, que ela investigou os aparatos administrativos instalados na cidade e em seus distritos e freguesias voltadas para o controle produtivo, político e social da população. Esta rede de poder, materializada através de uma rede urbana que conectava Campos e sua hinterlândia à capital do Império, subjugando esta região, transformou as relações estabelecidas em seu interior e denotava o recorte regional das políticas territoriais do Império. Nas palavras da autora, vemos que:

> Para viabilizar a difusão e perpetuação desse poder, o Estado engendrou uma política de circulação na qual participaram diferentes grupos com interesses antagônicos. Tal política, por envolver grupos de poder localizados em diferentes espaços da Província, esteve no centro do debate da política centralizadora do Império. Portanto, na

> medida em que os caminhos eram abertos e foram se instalando os aparatos administrativos, como escolas, cadeias, hospitais, postos de fiscalização de rendas, entre outros, os interesses desses grupos e do Estado foram assegurados, o que concorreu para a formação de uma rede urbana, pois permitiu o contato e intercâmbio de mercadorias, pessoas, informações e ordens. Os fluxos dessa rede, comandados pelos grupos sociais localizados na cidade do Rio de Janeiro, foram se consolidando na medida em que os vínculos com as demais cidades se estreitavam e novas redes iam se estruturando, como foi o caso da cidade de Campos dos Goitacazes, que em função do seu histórico papel político e econômico detinha o controle no processo de produção e circulação de mercadorias da região norte/noroeste do Rio de Janeiro durante o século XIX. (Chrysóstomo, 2006, p. 7)

Considerações finais

Buscamos analisar um "planejamento político de base territorial" e observamos tal questão a partir do viés geográfico-histórico. Para tanto, procuramos entender, em ultima análise, o Brasil no que se refere às determinações geográficas de sua formação, considerando aqui o pressuposto de que Geografia é materialidade, mas também representação (Moraes, 2002). Pela premissa de que a dimensão espacial norteia determinações básicas da nossa História, pensamos na Geografia como uma ciência central neste processo explicativo a respeito da nossa formação territorial. É importante ressaltar que buscamos nas políticas territoriais e no espaço produzido a consciência do espaço e as "ideologias geográficas" que nortearam o período imperial brasileiro e seu projeto modernizador. Nesta análise, esteve presente também a base proposta por Braudel e o movimento renovador da historiografia francesa oriundo da Geografia em fins do século XIX e início do XX que propôs uma historiografia interdisciplinar.

Lembremos que a geo-história, para Braudel, é a história do homem na apreensão do seu espaço, um estudo de um duplo vínculo entre homem e natureza, assimilando e admitindo as diferentes velocidades dos processos históricos, enquadrando-as e entendendo-as em diferentes escalas. Para além da história dos acontecimentos, da "agitação da superfície", buscamos o entendimento na história em seus processos mais amplos e, por isso mesmo, mais "lentos". Na "história social", considerando os agrupamentos humanos, suas economias, os Estados e as sociedades, a Geografia oferta instrumentos que possibilitam o entendimento das realidades estruturais mais lentas que possibilitam a organização de uma perspectiva em linha de

prazo mais longo. Não foram as transformações em si no espaço fluminense a partir de uma dinâmica urbana que tomou a cidade como meio para se subjugar regiões que nos interessou mais aqui; foram os processos que as determinaram. O seu entendimento possibilita, sob certas condições, o rebatimento de suas características em outras porções do território brasileiro e, de uma forma mais ampla, em outros territórios com um histórico de usurpação do espaço por forças coloniais.

Reafirmamos que, no território fluminense, os distintos níveis de acessibilidade nas diferentes regiões da Província denotavam um embrionário processo de divisão espacial do trabalho que indicava, na escala da província, a existência de um comércio interno e do surgimento de um processo de urbanização, e, em escalas maiores, a confirmação do uso seletivo de espaços articulados à expansão do capitalismo europeu e a confirmação do papel do Brasil como ofertador de matérias-primas na divisão internacional do trabalho que se consubstanciava. Novamente na escala provincial, vimos que a dinâmica urbana e a alocação das infra-estruturas administrativas a seu serviço consolidaram o poder político dos agentes econômicos mais importantes relacionados às atividades agrícolas, comerciais e manufatureiras consideradas. Foram também determinantes para o fortalecimento estatal na regulação dos fluxos e na ampliação de sua rede administrativa.

Entendendo Estado-Nação como formação política típica da modernidade, tomamos o Império brasileiro em seu projeto de afirmação territorial que configurava-se na estruturação de redes urbanas regionais ligadas diretamente ao poder centralizado da Corte. O caso da província fluminense nos permite investigar sobre a configuração de uma rede e seus nós e sobre a importância das suas cidades e vilas, seus momentos de apogeu e de declínio, em alguns casos. Tal perspectiva nos permite entender, no pretérito, algumas das causas das configurações seguintes do território analisado, chegando até a nos ajudar a entender, por exemplo, a constante desarticulação estabelecida entre o interior do Estado do Rio de Janeiro e a sua região metropolitana.

Por fim, os conceitos de “cidade” e de “região” se imbricam na nossa análise, sobretudo, por que fizemos um estudo que tem como pano-de-fundo a constituição de um Estado que se diz “moderno” e se pretende “nação”. A própria centralização do poder que resulta do surgimento do Estado moderno na Europa provocou no ambiente acadêmico o interesse e a emergência pela questão político-regional, uma vez que o poder emana de um centro para toda a sua “periferia” ou hinterlândia. Nestes termos, o

conceito de "região", tão discutido e aberto a novos vieses, volta a se assemelhar ao seu conteúdo clássico quando estava associado às idéias de centralização, uniformização administrativa e diversidades sobre as quais um poder centralizado deveria ser exercido.

Afirmamos novamente a importância do conceito de "região" por permitir, por exemplo, as discussões políticas sobre a dinâmica do Estado e a incorporação da dimensão espacial nas discussões relativas à política, cultura e economia. No nosso caso específico, permitiu-nos ver uma política territorial brasileira que utilizava o discurso da nação para controlar distintas regiões e suas dinâmicas econômicas e sociais através dos núcleos urbanos. Permitiu-nos afirmar o caráter regional que as cidades detinham no contexto do Estado imperial brasileiro. Discutir cidade naquele momento era discutir região.

Referências bibliográficas

ANDERSON, Benedict (1989). *Nação e consciência nacional*. São Paulo, Ática. Cap.4: Antigos Impérios e Novas Nações, p.57 a 76.

BARMAN, Roderick (!988). *Brasil: a formação de uma nação (1798/1852)*. Stanford: Stanford University Press.

BENDIX, Reinhard (1996). *Construção nacional e cidadania*. São Paulo: EdUSP.

BOTELHO, Tarcísio R. (1998). *População e nação no Brasil do século XIX.* São Paulo. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP. (Tese de Doutorado)

CARVALHO, José Murilo de (1988). *Teatro de sombras: a política imperial*. São Paulo, Vértice.

CHAUÍ, Marilena (2000). *Brasil: mito fundador e sociedade autoritária*. São Paulo, Perseu Abramo.

CHRYSOSTOMO, Maria Isabel de Jesus (2006). *Idéias em ordenamento, cidades em formação: a produção da rede urbana na província do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: UFRJ, IPPUR. (Tese de Doutorado em Planejamento Urbano e Regional)

CIDE (Fundação Centro de Informações e Dados do Rio de Janeiro) (1988). *Estado do Rio de Janeiro: Território*. 2ª ed. Rio de Janeiro: CIDE.

CORRÊA, Roberto Lobato (2006). *Estudos sobre a rede urbana*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

FAORO, Raymundo (1988). *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro* (13ª ed.). São Paulo, Globo.

FRIDMAN, Fania (1999). *Os donos do Rio em nome do Rei*. Uma história fundiária da cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar/Garamond.

FRIDMAN, Fania (2001). Três vilas da província fluminense. *Estudos de História* (2).

FRIDMAN, Fania (2005). As cidades e o café. *Anais do VI Congresso Brasileiro de História Econômica*. Conservatória, 04 a 07 setembro.

GELLNER, Ernest (1996). Nação. In: *Dicionário do pensamento social do século XX*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

GRAHAM, Richard (1997). *Clientelismo e política no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro, Editora da UFRJ.

GUERRA, François-Xavier (2003). A nação moderna: novas legitimidades e velhas identidades, in Jancsó, István (org.) *Brasil. Formação do Estado e da Nação*. São Paulo; Ijuí: Editora Hucitec; Editora Unijuí.(pgs. 33 a 60)

HOBSBAWM, Eric (1990). *Nações e nacionalismo desde 1780*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.

HOBSBAWM, Eric; RANGER, Terence (1984). *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

HOLANDA, Sérgio Buarque de (1960). "A herança colonial – sua desagregação". *História geral da civilização brasileira*. Tomo II, "O Brasil monárquico". São Paulo, Difel.

HOLANDA, Sérgio Buarque de (1962). (...) *História geral da civilização brasileira*. Tomo III. São Paulo: Difel.

LAMEGO, Alberto Ribeiro (1963). *O homem e a serra*. Rio de Janeiro: IBGE, Conselho Nacional de Geografia, 2ª ed.

LIMA, Luís Corrêa (2005). História, meio ambiente e cultura: a contribuição teórica de Fernand Braudel. *Em Debate* (2). Rio de Janeiro: PUC-Rio.

MAGNOLI, Demétrio (1997). *O corpo da pátria: Imaginação geográfica e política externa no Brasil (1808-1912)*. São Paulo, Unesp/Moderna.

MAGNOLI, Demétrio (2003). O Estado em busca do seu território.In Jancsó, István (org.) *Brasil. Formação do Estado e da Nação*. São Paulo; Ijuí: Editora Hucitec; Editora Unijuí. (pgs. 285 a 296)

MARTINS, Maria Fernanda Vieira (2005). *A velha arte de governar: um estudo sobre política e elites a partir do Conselho de Estado 1842/1889*. Rio de Janeiro: IFCS/UFRJ. (Tese de Doutorado)

MATTOS, Ilmar R.(1994). *O tempo saquarema. A formação do Estado Imperial*. 3 ed., Rio de Janeiro: Access.

MORAES, Antonio Carlos Robert (1988). *Ideologias geográficas: espaço, cultura e política no Brasil*. São Paulo, Hucitec.

MORAES, Antonio Carlos Robert (2002). *Território e História no Brasil*. São Paulo, Hucitec.

MOTA, Carlos Guilherme (2000). Idéias do Brasil: formação e problemas (1817-1850). In: MOTA, Carlos Guilherme (org). *Viagem incompleta; a experiência brasileira (1500-2000)*. São Paulo: Senac.

REIS, Arthur C. F (1966). *Épocas e visões regionais do Brasil*. Manaus: Governo do Estado do Amazonas.

TILLY, Charles (1996). Os Estados e seus cidadãos. In: TILLY, Charles. *Coerção, capital e Estados europeus*. São Paulo: EDUSP, pp. 157-193.